



COMUNICAÇÃO, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS: a internet como lócus para o exercício da democracia e o fortalecimento dos laços sociais.

Maria Leoneire da Costa Oliveira¹
Assis da Costa Oliveira²

DOI: <http://doi.org/10.4322/cs.2018.1.05>

RESUMO

O presente trabalho pretende discutir, com base em pesquisa bibliográfica e observação participante, a utilização da internet como meio de comunicação que possibilita não só uma nova interação entre os agentes envolvidos em um processo de comunicação, mas, e principalmente, apontar as suas possibilidades como ferramenta que vem favorecendo cada vez mais a socialidade e o exercício da cidadania entre os seus usuários. Com isso, busca-se analisar a emergência de situações de uso da internet, especialmente via redes sociais, que visam à conquista de objetivos comuns às pessoas, seja no campo das práticas democráticas de reivindicação de direitos, seja no das interações para a formação de laços sociais.

Palavras-Chave: Comunicação. Cidadania. Democracia.

COMMUNICATION, CITIZENSHIP AND HUMAN RIGHTS: the internet as a locus for the exercise of democracy and the strengthening of social ties.

ABSTRACT

This paper aims to discuss, based on bibliographic research and participant observation, the use of internet as a communication medium that enables not only a new interaction between the actors involved in a process of communication, but, and mainly, pointing their possibilities as tool that has favored even more the sociality and citizenship among its users. With this, we seek to analyze the emergence of the internet usage scenarios, especially through social networks, that aim at the achievement of common goals for people, whether in the field of democratic practices to claim for rights, either in the interaction for the formation of social ties.

Keywords: Communication. Citizenship. Democracy.

Como citar/How to cite: OLIVEIRA, M. L. C.; OLIVEIRA, A. C. COMUNICAÇÃO, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS: a internet como lócus para o exercício da democracia e o fortalecimento dos laços sociais. *Crítica Social*. [Internet]. 2018, v. 1. Disponível em: <https://criticasocial.org/article/5d0eb8d30e8825530fa20608>

Apoio financeiro/Financial Support: Nenhum/None.

Conflitos de interesses/Conflict of interest: Nenhum/None.

E-mail: assisdco@gmail.com

Submetido/Submitted: 17 Jan 2018.

Aprovado/Accepted: 2 Mar 2018.

Publicado/Published: 12 dez 2018.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Servidora publica aposentada da UFPA. Jornalista.

² Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Brasília. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPA. Graduado em Direito pela UFPA. Professor de Direitos Humanos da Faculdade de Etnodiversidade da UFPA, Campus de Altamira. Secretário nacional do Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais. Advogado.

INTRODUÇÃO

Os mais de vinte anos do surgimento da internet no Brasil³, decorridos neste segundo decênio do século XXI, nos têm revelado, através das discussões e pesquisas sobre as novas tecnologias da comunicação (para alguns nem tão novas assim), um aprofundamento nas dimensões interativas e na consolidação da internet como meio de comunicação em condição de crescente generalização, cada vez mais inserida em vários espaços sociais, especialmente na vida cotidiana das pessoas, que vão desde a procura por pesquisas para obter alguma informação até relacionamentos amorosos, bem como a criação de grupos empenhados em promover transformações na sociedade onde vivem.

As mudanças introduzidas em nossas vidas a partir do uso desta nova tecnologia nos levam a refletir sobre a relação desta – enquanto meio de comunicação – com seus usuários e a sociedade e, principalmente, os desdobramentos que esta relação tem produzido no campo da interatividade virtual e seus entrelaçamentos com a maneira como as pessoas e os grupos passam a desenvolver a sua participação social, possibilitada, cada vez mais, pela democratização do acesso à internet, assim como a reconfiguração da cidadania após as novas tecnologias, as quais, por sua vez, irão se refletir nas formas de interação com o Estado e na formulação de estratégias para a reivindicação de direitos humanos.

Neste sentido, a internet tem se tornado um lugar para o exercício da prática democrática, um lócus que pode ser enquadrado no que Santos denomina de experiências contra hegemônicas de democracia, com concepções inovadoras de participação e deliberação social, assentada na “criação de uma nova gramática social e cultural e no entendimento da inovação social articulada com a inovação institucional” (SANTOS, 2005, p.51). Aqui, a democracia extrapola o espectro conceitual de regime de governo, para se estabelecer enquanto processo de democratização (OLIVEIRA, 2011; SACAIVINO, 2003), é dizer, a:

[...] relação política que as instituições e os sujeitos realizam, na prática cotidiana, para sua moldagem, dentro das especificidades socioculturais e das relações de poder estabelecidas, e, em tempos de globalização econômica, entre interesses locais e globais (SACAIVINO, 2011, p. 186).

O presente trabalho objetiva discutir, com base em pesquisa bibliográfica e observação participante, a utilização da internet como meio de comunicação que possibilita não só a interação entre os agentes envolvidos em um processo de comunicação, mas, e principalmente, apontar as suas possibilidades como ferramenta que vem favorecendo cada vez mais a socialidade e o exercício da cidadania entre os seus usuários. Com isso, busca-se analisar a emergência de situações de uso da internet, especialmente via redes sociais, que visam à conquista de objetivos comuns às pessoas, seja

no campo das práticas democráticas de reivindicação de direitos, seja no das interações para a formação de vínculos sociais.

Estamos a trabalhar com o conceito de socialidade no sentido de um conjunto de práticas cotidianas que escapam ao controle social, configurando-se como uma “multiplicidade de experiências coletivas baseadas, não na homogeneização ou institucionalização ou racionalização da vida, mas no dia a dia, do cotidiano dos homens sem qualidade” (LEMOS, 2010, p.82). Interessa-nos, particularmente, as mobilidades que os agentes sociais realizam neste novo cenário virtual, enquanto seus usuários e/ou receptores, e as consequências em suas vidas como cidadãos que buscam uma sociedade melhor.

1 A INTERNET E A CIBERDEMOCRACIA: O RECEPTOR-CIDADÃO

A nova era da informação, inaugurada com o surgimento da internet e sua gama de recursos interativos, levou a comunicação a novas dimensões de aplicação social, tanto no que se refere à relação dos receptores/usuários com os meios de comunicação, quanto na relação destes com a sociedade e o Estado onde estão inseridos. Além de possuir um índice de disseminação mundial mais veloz e amplo do que qualquer outra tecnologia da comunicação, “a internet em suas diversas encarnações e manifestações evolutivas, já é o meio de comunicação interativo universal, via computador, da era da informação... na comunicação mediata por computador, o céu não é o limite” (CASTELLS, 1999a, p. 433).

Além disso, seus serviços facilitam o dia-a-dia das pessoas e vem contribuindo para o surgimento de um novo tipo de cidadão, aquele mais empenhado em conquistar a sua cidadania plena, onde os seus direitos humanos sejam exercidos de fato. O acesso a uma ampla gama de informações, inclusive aquelas relativas à atuação político financeira do Estado, assim como as possibilidades de compartilhamento dos dados e de mobilizações virtual de pessoas/grupos em torno de situações específicas que obtêm uma unidade de apoio coletivo, colocaram a internet, especialmente nos espaços das redes sociais, como ferramenta catalisadora de novos modos de demandar a garantia de direitos e de formular estratégias para sua obtenção.

Assim, o receptor da internet identifica-a como um ambiente democrático que proporciona uma ampla interatividade, o que não ocorria com os meios de comunicação massivos que predominavam até então (rádio, jornais, revistas e televisão, sobretudo), nos quais o receptor era visto como agente passivo diante das mensagens que

³ Segundo Monteiro (2001) e Carvalho (2006), apesar da internet, no Brasil, ter chegado na década de 1980, por meio da rede Bitnet, as primeiras iniciativas de torná-la acessível ao grande público somente se iniciaram em 1995, “com a atuação do governo federal (através do Ministério da Comunicação e do Ministério de Ciência e Tecnologia) no sentido de implantar a infraestrutura necessária e definir parâmetros para a posterior operação de empresas privadas provedoras de acesso aos usuários. Desde então, a internet no Brasil experimentou um crescimento espantoso, notadamente entre os anos de 1996 e 1997, quando o

número de usuários aumentou quase 1000%, passando de 170 mil (janeiro/1996) para 1,3 milhão (dezembro/1997). Em janeiro de 2000, eram estimados 4,5 milhões de ‘internautas’” (MONTEIRO, 2001, p.28). Na atualidade, cerca de 95,4 milhões de pessoas acessaram a internet em 2014 no Brasil, sendo que “mais da metade dos internautas, 51,5%, tem idades entre 10 e 29 anos. Mulheres também são maioria, representando 52,2% dos números” (GLOBO, 2015).

lhes eram dirigidas, com as quais dificilmente podia interagir (OLIVEIRA, 1996).

Segundo Oliveira (1996), este cenário começou a sofrer transformação a partir da década de 1990, com o surgimento dos meios de comunicação interativos que modificaram radicalmente a antiga maneira de se comunicar, baseada na configuração de um emissor que transmite uma mensagem através de um veículo de comunicação, a qual será recebida e decodificada por um receptor, estabelecendo polos fixos de inserção no espaço comunicacional. Tal modelo fora predominante nas décadas de 1950 a 1980, período no qual os meios de comunicação massivos destinavam-se ao público considerado como passivo diante das mensagens e informações que lhes eram bombardeadas diária e sistematicamente sobre as mais variadas situações, desde a simples oferta de produtos às campanhas políticas.

Para Oliveira (1996), a partir do surgimento das novas tecnologias da comunicação e, particularmente da internet, este modelo é implodido para dar vez a uma nova forma de se realizar o processo comunicativo, com o receptor ganhando dimensões mais interativas. Neste novo e revolucionário modelo os papéis – antes tão bem definidos – sofrem uma enorme alteração, pois agora um passa a assumir a função do outro e vice-versa, fazendo com que o receptor, anteriormente considerado passivo, passe a assumir o papel de protagonista da nova configuração comunicacional.

Desse modo, a internet constitui-se não só como um meio de comunicação interativo, porém, cada vez mais, um território que proporciona condições para que as pessoas se encontrem para dialogar, trocar ideias ou para saber o que está acontecendo, sendo, portanto, um espaço democrático onde é possível a produção coletiva, a manifestação de ideias e mobilizações sociais.

Para exemplificar esta situação, podemos recordar das manifestações sociais ocorridas no Brasil, entre junho e julho de 2013, quando milhares de pessoas saíram às ruas reivindicando direitos fundamentais como saúde, educação e segurança pública, além de transporte digno e de qualidade, entre outros temas. Tais protestos eram mobilizados e recebiam apoio por meio das redes sociais, e a instrumentalização desta tecnologia da comunicação foi crucial para a ampliação dos impactos da mobilização – passando do plano local para o nacional, e depois para o internacional – e da forma como as autoridades públicas e os meios de comunicação tradicionais (canais de televisão e de rádio, além dos jornais e revistas, sobretudo) passaram a lidar com tal situação.

De acordo com Pazello, Pinto e Nunes (2016), o fato da divulgação dos documentos (notas e manifestos), produzidos pelos movimentos populares envolvidos nas manifestações, ter sido feito principalmente por meio da internet impactou diretamente o preparo das manifestações.

Disseminados viralmente, tais documentos buscaram atingir um público amplo e heterogêneo, e se apresentaram como que disputando a opinião pública, notadamente no que se refere à formação de convicção sobre as pautas exigidas e o sentido da repressão sofrida (PAZELLO; PINTO; NUNES, 2016, p.119).

A estruturação de caminhos alternativos de produção de discursos sobre os fatos e os sujeitos é uma condição de

possibilidade real dos novos meios de comunicação, particularmente na internet e as redes sociais. Com isso, os discursos hegemônicos passam a ser contrapostos e desconstruídos pela pluralidade de fontes de informação que passam a produzir instantaneamente e interativamente outras versões sobre as situações vivenciadas, contribuindo para a democratização do direito à informação, ainda que o monopólio político-financeiro dos meios de comunicação tradicionais não seja afetado na mesma proporção. Paralelamente a disputa pela construção dos discursos sobre as ações sociais empreendidas e as formas de interação do Estado, este último a partir da lógica da repressão policial, estava à discussão do papel dos meios de comunicação.

Segundo Gohn (2014), mais do que veículos de transmissão dos acontecimentos, os meios de comunicação foram, no caso das manifestações de junho e julho de 2013,

[...] agentes de construção dos eventos, quer seja noticiando as manifestações com destaque, manchetes diárias, divulgando as convocações etc.; quer seja transmitindo os atos em tempo real (papel desempenhado num primeiro momento pela mídia alternativa, a exemplo da Mídia Ninja); quer como parte das manifestações, compondo um bloco formado por fotógrafos, repórteres e jornalistas, que se destacava dos outros dois blocos: os manifestantes e a polícia (2014, p.72).

Ainda assim, há um quarto elemento da compreensão dos meios de comunicação como agentes de construção dos eventos que foi a da instrumentalização de alguns deles, especialmente as redes sociais via internet, pelos próprios manifestantes e seus movimentos populares, com ênfase para o Movimento Passe Livre (MPL). Tal acontecimento ilustra bem o poder da interatividade em rede visto que, graças às redes sociais, as pessoas se mobilizaram para promover e participar das manifestações sociais, mas também tinham, com a internet, a chance de saber o que se passava em tempo real nos vários espaços e sem os filtros político-ideológicos dos grandes meios de comunicação. Graças à rede de computadores as pessoas puderam interagir e se solidarizarem mutuamente, assim como tencionar o Estado por meio da hiper visibilização virtual das condutas empreendidas pelos policiais e políticos, e do empoderamento das pautas e dos sujeitos para demandarem outras formas de acionamento dos direitos e das respostas estatais.

Por outro lado, vale, ainda, estender estes exemplos para as situações ocorridas em outros países, como mostra Castells ao analisar os movimentos sociais ocorridos na era da internet: “outro exemplo é a primavera árabe, cujos protestos e mudanças de poder foram feitos, basicamente, via redes sociais” (2013, p. 09). E complementa: “em rede espalharam-se primeiro no mundo árabe, e outros movimentos ergueram-se contra o gerenciamento equivocada da crise econômica na Europa e nos Estados Unidos..., Espanha, Grécia, Portugal, Itália, Grã-Bretânia” (Idem).

Assim, o cenário advindo com as Mídias Interativas (MI) nos mostra que o avanço tecnológico proporciona, também, um avanço democrático e de inclusão social do cidadão, seja no sentido de possibilitar a emergência de novos espaços de deliberação sobre questões que envolvem os direitos e as condições de vida – no caso, os espaços virtuais, especialmente das redes sociais – seja pela reconfiguração dos processos de mobilização para renovação da

potencialidade dos espaços tradicionais de exercício da democracia, como as ruas, os partidos políticos e os movimentos sociais.

É exatamente esta a proposta da internet segundo indica Castells:

[...] afirmo que por meio da poderosa influência do sistema de comunicação – mediado por interesses sociais, políticas governamentais e estratégias de negócios – está surgindo uma nova cultura: a cultura da virtualidade real (1999a: 415).

Ou, ainda, como enfatiza Lemos: “quanto mais podemos livremente produzir, distribuir e compartilhar informações, mais inteligente e politicamente consciente uma sociedade deve ficar” (2010, p. 207). Ambos os autores vislumbram o surgimento de uma nova configuração societal, um novo paradigma que emerge com a sociedade da informação que faz com que a relação entre a comunicação (a potência social) e a técnica (a potência da ação) se torne mais forte, mais viva e global, o que transforma não só as relações sociais cotidianas, mas também a sociedade, o Estado e o modo de lidar com os conflitos sociais, na perspectiva de uma ciberdemocracia. De forma similar ao que preconizam Lemos e Levy ao refletirem sobre o futuro da internet:

As mídias interativas, as comunidades virtuais e a explosão da liberdade de expressão, trazidas pela internet, abrem um novo espaço de comunicação, inclusivo, transparente e universal, que é levado a renovar profundamente as condições de vida pública no sentido de uma maior liberdade e responsabilidade dos cidadãos (2010, p. 33).

Lemos e Levy também apontam de que forma esta ciberdemocracia já se presentifica na atualidade:

A ciberdemocracia nascente se exprime igualmente pelo consumo consciente e pelo investimento social e responsável, isto é, por uma governança direta da economia pelos cidadãos que a transparência do ciberespaço torna, de agora em diante, possível (2010, p. 33).

Desta forma, a ciberdemocracia constitui-se em mais um espectro da democratização das relações sociais, da dinâmica de disponibilização de informações e das possibilidades de governança direta de assuntos ligados à economia, assim como às discussões do Poder Legislativo⁴, no Judiciário e no Executivo, enfim, nas várias formas de materialização e disputa da lógica e dos interesses de atuação do Estado.

Assim, a partir do surgimento das redes sociais, nesta última década, a humanidade passa a criar uma rede de mensagens e de governança interconectadas, onde se trocam ideias e conhecimentos visando compreender os fenômenos recentes, bem como nos colocar frente a frente com eles para uma interação democrática e ativa.

O resultado disso é que uma nova epistemologia de governança da ordem social emerge e passa a empreender implicações fundamentais na cultura e nas estruturas

socioeconômicas nas várias escalas de vida social do local ao global, mas, sobretudo, no cidadão, que é quem mais se beneficia dessa nova condição, uma vez que tem a oportunidade de, graças a esta interconectividade, potencializar a colaboração coletiva e, assim, alcançar objetivos e projetos recíprocos em prol de uma sociedade mais democrática por meio da cibercultura (Lemos e Levy, 2010), cujas características principais seriam: governança mundial, Estado transparente, cultura da adversidade e ética da inteligência coletiva.

Logo, a internet torna-se um instrumento de uso político pelos agentes individuais e coletivos, enquanto paralelamente vai reconfigurando suas formas de lidar com as pautas e as estratégias políticas, possibilitando, com isso, a instituição de uma arena virtual de exercício da democracia e de redefinição da participação real. Desse modo, a ciberdemocracia torna-se mecanismo interativo de democratização do real por meio do virtual e, ao mesmo tempo, de politização do virtual para incidência sobre as formas de agir e de interagir no real.

2 MUITO ALÉM DA INTERATIVIDADE: A INTERNET (RE)CRIANDO VÍNCULOS SOCIAIS

Para além da interatividade, ou graças a ela e aos seus desdobramentos, constata-se que a internet vem desempenhando um papel importante no que diz respeito à criação de vínculos sociais o que, na visão de alguns, não passam de laços fracos ou efêmeros que não teriam durabilidade ou mesmo constância. Porém, na visão de Castells esses “são laços que facilitam a ligação de pessoas com características sociais, expandindo, assim, a sociabilidade para além dos limites socialmente definidos do autoconhecimento” (1999b, p.445). Além disso, ao analisar a internet, o autor enfatiza que esta “favorece a expansão e a intensidade dessas centenas de laços fracos que geram uma camada fundamental de interação social para as pessoas que vivem em um mundo tecnologicamente desenvolvido” (Idem).

Assim, constata-se o desenvolvimento cada vez maior das MI, cuja expansão oportuniza a construção de outros laços na perspectiva da socialidade, via redes sociais, e que, muitas vezes, atingem a sociabilidade. Para ilustrar esta afirmação vale citar a pesquisa de campo que desenvolvemos durante três anos (2000 a 2003) em uma sala de bate-papo ou chat, como era conhecido na época, denominada de sala Belém no Portal Virtual Terra. Ali, diariamente, várias pessoas se encontravam, na hora do almoço.

No início os contatos se limitavam ao espaço virtual, mas, algum tempo depois, surgiu a ideia do grupo se reunir em um local para que todos pudessem ter contato também no mundo real. Vários desses encontros aconteciam em locais onde havia música ao vivo e bebidas, o que lembrava um clube ou bar. Nessas ocasiões, percebia-se o surgimento de

conformação de uma posição “do povo”, ou uma percepção hegemônica na sociedade brasileira sobre o tema. Da mesma forma, a cada posicionamento dos parlamentares, entidades sociais, partidos políticos e usuários faziam uso da internet, em particular das redes sociais, para divulgar e potencializar o ocorrido no plano real do Congresso, buscando disputar concepções ideológicas sobre o assunto, assim como interferir na opinião pública.

⁴ Basta ver, num exemplo mais recente, a disputa virtual, que ocorreu entre os dias 1 e 2 de julho de 2015, em torno da votação na Câmara Federal do Projeto de Lei nº. 171/1993, que propõe a modificação da Constituição Federal de 1988 para diminuição da maioria penal de 18 para 16 anos. Durante os debates da votação, muitos parlamentares faziam uso de informações repassadas pelas redes sociais para fundamentar suas posições, assim como estabelecer um paralelo entre as movimentações virtuais e a

novos casais, bem como o aprofundamento de amizades iniciadas no próprio chat, mostrando, assim, que o ambiente virtual também favorece o fortalecimento de vínculos sociais.

O exemplo coaduna com a percepção de Castells (1999b) de que a internet pode contribuir para a expansão dos vínculos sociais numa sociedade que parece estar passando por uma rápida individualização e uma ruptura cívica. A afirmação do autor é facilmente comprovada quando constatamos, através do grupo de bate-papo do Portal Virtual Terra, a possibilidade da internet favorecer a expansão e a intensidade desses ditos “laços fracos”, uma vez que o envolvimento das pessoas pesquisadas muitas vezes terminou no altar (com casamentos e a construção de famílias), além da solidificação de amizade entre as pessoas, iniciadas desde aquela época e que permanecem mantendo contato de forma virtual ou presencial até hoje.

Ressaltando a distinção que se deve fazer entre os “laços fracos” e os “laços fortes”, ao analisar a sociabilidade existente na internet, Castells (1999b) afirma que a rede é especialmente apropriada para a geração de “laços fracos”, os quais, segundo ele, são úteis no fornecimento de informações e na abertura de novas oportunidades a “baixo custo”, além de favorecer um modelo igualitário de interação, no qual as características sociais são menos influentes.

Assim, na estruturação do grupo do Portal Virtual Terra, esta situação ocorreu no grupo, uma vez que a característica marcante deste grupo era exatamente a sua heterogeneidade no que se refere à posição social de seus componentes (que abrangia desde estudantes de ensino médio até profissionais liberais e pós-graduandos) e a faixa etária (desde jovens entre 16 e 25 anos até adultos de 30 a 70 anos). Notava-se, ainda, a predominância no grupo de mulheres jovens, na maioria das vezes estudantes do segundo e terceiros graus.

O mais interessante, porém, é que, por ocasião dos encontros presenciais, nada disso importava, pois naqueles momentos as interações virtuais transformavam-se em “laços fortes”, visto que, através desses encontros (virtuais e reais) as relações sociais solidificavam-se e os vínculos ganhavam graus mais amplos de reciprocidade e intimidade. Ao mesmo tempo, podia-se notar o fortalecimento de amizades entre pessoas de posições sociais diferentes, comprovando o que afirma Castells (1999b) de que os vínculos cibernéticos oferecem a oportunidade de vínculos sociais mais ilimitados, pois seus vínculos estão cada vez mais espacialmente dispersos no espaço.

Em nosso ponto de vista, esta é uma situação que também pode ser estruturada através dos próprios recursos tecnológicos, desde que seus usuários (tanto pelo lado da emissão como da recepção) possam efetivamente usufruir destes recursos, o que envolve desde a capacidade econômica de adquiri-los até a formação educacional para manuseá-los.

Estamos, aqui, nos referindo à condição dos equipamentos tecnologicamente sofisticados que permitem uma aproximação maior entre os dois polos (emissor e receptor), pois, na maioria das vezes, ainda é o emissor quem possui estes equipamentos mais modernos enquanto há alguns receptores que nem mesmo possuem internet, como muitos povos e comunidades tradicionais da Amazônia, bem como as populações mais pobres do planeta.

Nesse sentido, Moraes explica que:

[...] enquanto Europa e América do Norte têm 64% dos internautas, a América Latina, a África e o Oriente Médio [conta] com menos de 2%, segundo relatório sobre Desenvolvimento Humano de 2004, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 80% dos habitantes do globo sequer tinham ouvido falar de internet e pouco mais de 10% dispunham de acesso, embora outros 10% soubessem do que se tratava (2006, p. 43).

Esta situação nos leva a refletir e a questionar sobre em que medida estas populações fazem parte, realmente, desta nova dimensão das práticas ciberdemocráticas ou, em outras palavras, como estas novas tecnologias são, de fato, absorvidas e utilizadas por estas populações no sentido de instrumentalizá-las para a conquista da cidadania e melhoria da interação social? Antes da interatividade virtual há, portanto, condições socioeconômicas e culturais de produção da desigualdade de acesso aos bens tecnológicos que implicam diretamente na capacidade de oferta dos avanços democráticos à parcela significativa da população brasileira e mundial, e cujo enfrentamento, por meio de políticas públicas e melhoria das condições de vida, é de fundamental importância para a ampliação das formas de exercício da democracia e dos direitos humanos.

Esta preocupação também é compartilhada por outros pesquisadores como Moraes (2006), Sodré (2006 e 2010) e Ramonet (2007), sendo que este último adverte que o apartheid social ameaça se repetir em escala digital e alude que 19% dos habitantes da terra representam 91% dos usuários de internet. A brecha digital aumenta e acentua a tradicional brecha Norte-Sul, assim como a desigualdade entre ricos e pobres (recordemos que 20% da população dos países ricos dispõem de 85% da riqueza mundial) (Romanet, 2007, p.127).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão da socialidade via internet é potencializada pelas redes sociais, além da gama de serviços e recursos tecnológicos que apontam para a sua renovação constante, bem como a ampliação do número de usuários que cresce anualmente, demonstrando ser a internet o meio de comunicação através do qual a humanidade estará se comunicando nas próximas décadas, o que nos leva a vislumbrar a possibilidade de uma sociedade interconectada – via computadores e outros aparelhos – pautada na democracia, na igualdade e, principalmente, no respeito aos direitos humanos.

Certamente todos esses recursos servirão, cada vez mais, para fortalecer e aprimorar as nossas vidas tanto no que concerne ao aspecto interpessoal, seja através dos chamados “laços fortes”, como, a partir destes, à ligação de pessoas com características sociais diversas, levando, assim, à expansão da socialidade para além dos limites socialmente definidos no mundo real, o qual esperamos que seja “condição essencial ao surgimento de uma era de paz, de liberdade e de prosperidade para o gênero humano” (Lemos, 2010, p.34). Por outro lado, a internet também propicia a reconfiguração dos laços comunitários, ante a expansão das formas de incorporação, por diferentes agentes coletivos, dos espaços virtuais como meios de fortalecimento das mobilizações sociais para a reivindicação de direitos.

No entanto, diante das desigualdades socioeconômicas que se convertem em desigualdades digitais, fica o alerta para pensarmos às condições de produção da exclusão de determinadas populações do acesso à internet, de modo a estabelecer mecanismos públicos para suas inclusões (dentro de um campo mais amplo de inclusão social que envolve a garantia de diversos direitos humanos) ao novo processo democrático a fim de que existam digitalmente e exerçam suas cidadanias no novo cenário societal, podendo, assim, mostrar as diversidades que existem no mundo tanto real como no virtual.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, M. S. R. M. **A trajetória da internet no Brasil**: do surgimento das redes de computadores à instituição dos mecanismos de governança. (Tese). Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2006.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. **Redes de Indignação e Esperança**: os Movimentos Sociais na Era da Internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- GLOBO. Brasil tem 9,8 milhões de novos internautas entre 2013 e 2014, diz IBGE. In: **Portal G1**, São Paulo, 13 de novembro de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2015/11/brasil-tem-98-milhoes-de-novosinternautas-entre-2013-e-2014-diz-ibge.html>>. Acesso em: 02 fev. 2016.
- GOHN, M. G. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- LEMOS, A. **Cibercultura: a tecnologia na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2010.
- LEMOS, A.; LEVY, P. **O futuro da internet**: em direção a uma ciberdemocracia. São Paulo: Paulus, 2010.
- MONTEIRO, L. A internet como meio de comunicação: possibilidades e limitações. In: **Anais do XXIV Congresso Brasileiro de Comunicação**. Campo Grande: INTERCOM, p. 27-37, 2001. Disponível em: <http://www.jack.eti.br/www/arquivos/documentos/trabalhos/fae/Trabalho_Redes_Adinarte_26032008.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2016.
- MORAES, D. **A Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro: Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 2006.
- OLIVEIRA, A. C. Duas democratizações necessárias na educação em direitos humanos: reflexões sobre uma experiência. In: **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, v. 35, n. 01, p. 186-200, jan./jun. 2011.
- OLIVEIRA, M. L. C. O receptor na internet: dimensões interativas. In: **Anais do 5º Congresso Nacional da COMPOS**. São Paulo: COMPOS, 1996.
- PAZELLO, R. P.; PINTO, A. S. N.; NUNES, G. C. **Gritos por dentro e por fora da ordem**: legalidade e ilegalidade nos discursos políticos dos movimentos populares após 17 de junho de 2013. In: *Revista Direitos e Garantias Fundamentais*, Vitória, v. 16, n. 1, p. 109-130, jan./jun. 2015.
- ROMANET, I. **A tirania da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- SACAVINO, S. **Educação em Direitos humanos e Democracia**. In: CANDAU, V. L.; SACAVINO, S. (orgs.). *Educar em Direitos humanos: construir democracia*. Rio de Janeiro: DP&A, p.36-48, 2003.
- SANTOS, B. S. **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SODRÉ, M. **Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.
- _____. **Antropológica do Espelho**: uma teoria da Comunicação Linear e em rede. Petrópolis: Vozes, 2010.